

MERCADO PÚBLICO EM SÃO LUIZ GONZAGA

Diretrizes projetuais para o resgate às raízes locais

PUBLIC MARKET IN SÃO LUIZ GONZAGA
Design guidelines
for the restore of local roots

Camila Rosa Durão¹,
Ana Paula Sarzi Ledur² e Ísis Portolan dos Santos³

Resumo

O mercado público é capaz de transmitir a cultura do local além do âmbito da gastronomia. A partir dessa premissa, o presente artigo trata do embasamento teórico e elaboração projetual de um mercado público desenvolvido durante a graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria. Tendo como local de intervenção o pequeno município de São Luiz Gonzaga (RS), foram estudados conceitos relativos a esse espaço menor como a agricultura familiar e seu contexto cultural. Foram realizados estudos de referência, levantamentos e diagnósticos. A partir disso, tendo como conceito o resgate das raízes culturais formadoras da sociedade são-luizense, são propostas as diretrizes projetuais. Os zoneamentos e a planta baixa distribuíram-se a partir da praça de alimentação, que simboliza o elemento de união entre essas culturas. Assim, tem-se uma proposta projetual que cumpre com suas principais diretrizes: o respeito ao local, a cultura e aos usuários.

Palavras-chave: mercado público, agricultura familiar, cultura.

Abstract

The public market is a building capable of transmitting the local culture beyond the scope of gastronomy. Grounded in this premise, this article presents the theoretical background and design of a public market developed during undergraduation in the Course of Architecture and Urbanism at the Federal University of Santa Maria. Having the small town of São Luiz Gonzaga (RS) as intervention site, concepts relating to this minor location were studied, such as family farming and its cultural context. Baseline studies, surveys and diagnoses were carried out. Based on this and having as concept the restoration of the cultural roots that shaped São Luiz Gonzaga's society, the design guidelines are proposed. The zoning and the floor plan were distributed from the food court, which represents the element of union between these cultures. Thus, there is a project proposal that complies with its main guidelines: respecting the place, its culture and visitors.

Keywords: public market, family farming, culture.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Santa Maria. Email: camilarrd@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Santa Maria. Email: ana.s.ledur@gmail.com

³ Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: isis.santos@ufsm.br

Introdução

Em relação a cidades pequenas, não há entre os autores um consenso sobre a classificação exata do conceito desses espaços (CUTI; NAOUMOVA, 2019), tendo em vista os diversos fatores que envolvem essa distinção, indo além do número de habitantes. Para Alexander (2013 apud CUTI; NAOUMOVA, 2019), as cidades pequenas se caracterizam por possuírem uma população entre 10 e 500 mil habitantes. Além disso, possuem algumas singularidades, como serem rodeadas por áreas rurais e se localizarem próximas às cidades vizinhas. As características próprias desses espaços menores permitem que existam dinâmicas espaciais e sociais interessantes e pouco exploradas.

Dentro desse conceito se insere o município de São Luiz Gonzaga, local de estudo do presente artigo. Localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a pequena cidade fica a 505 quilômetros da capital estadual Porto Alegre. Segundo o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, São Luiz Gonzaga possuía, ao total (urbanos e rurais), 34.556 habitantes em 2010 com uma estimativa de 33.293 habitantes no ano de 2020. Além disso, possui uma área da unidade territorial de 1.295,522 km² (IBGE, 2020).

A partir desse contexto, o presente artigo busca trazer o conceito de espaço público para a pequena cidade de São Luiz Gonzaga através da proposta de um mercado público. Com relação aos espaços públicos, Servilha e Doula (2009) afirmam que são locais característicos do contexto social e cultural em que estão inseridos. São determinados através das dinâmicas sociais locais e das relações interpessoais entre seus ocupantes. Assim, se tornam espaços fundamentais para a construção de vínculos e para o fortalecimento de identidades e da coletividade da comunidade.

Para tanto, foi realizado um estudo teórico acerca dos principais conceitos que envolvem a pequena cidade em questão com a temática dos espaços públicos, obtendo assim o embasamento necessário para melhor compreensão e fundamentação da proposta projetual de um mercado público. Em um segundo momento, tem-se a apresentação da área de intervenção e do diagnóstico relacionado a ela, levando em consideração o contexto legal, natural, construído e social. Após, é apresentado o projeto arquitetônico através do desenvolvimento do conceito, identidade visual, diretrizes projetuais, zoneamentos, plantas baixas e demais elementos propostos.

Ao apresentar, no presente artigo, os estudos relacionados ao processo projetual de um espaço público em uma cidade de pequeno porte, busca-se contribuir para o conhecimento científico acerca dos fenômenos e das dinâmicas características desse tipo de espaço. Dessa forma, incentivar a pesquisa e a divulgação de informações, valorizando o potencial e as singularidades que as pequenas cidades possuem.

O espaço construído: o edifício do mercado público

A origem do mercado está no encontro de fluxos de indivíduos e de seus excedentes de produção, que eram levados, geralmente, até pontos equidistantes dos diversos centros de produção com o objetivo de troca (VARGAS, 2001). Esses pontos caracterizam-se como feiras abertas de rua e é a partir desse espaço físico que, desde o século XII, o edifício mercado vem sendo concebido (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018).

Segundo Filgueiras (2006), por ser um elemento significativo na história da formação urbana das cidades, esse espaço físico de feira aberta abrangia diversos tipos de usos além do comercial dentre os quais pode-se destacar as atividades políticas, sociais, religiosas e artísticas. É possível identificar essa tipologia em diversos lugares do mundo, embora cada uma tenha sua peculiaridade: nos bazares do Oriente Médio, por exemplo, possuíam grande influência da atividade religiosa, enquanto na Ágora da Grécia Antiga se destacavam as atividades políticas (FILGUEIRAS, 2006).

Os mercados são espaços públicos por excelência, lugares de interação livre e acessíveis a toda a população, isento de qualquer posição social (VARGAS, 2001). Possuem uma forte tendência à heterogeneidade de usos e de produtos, de forma que tanto o ato de compra e venda quanto o entretenimento gerado por esses propiciam a procura, o encontro e as interações sociais tão presentes nesse espaço (LOPES; VASCONCELLOS, 2010).

A multiplicidade de práticas que este espaço comporta, assim como as trocas culturais que ali ocorrem em decorrência da socialização de pessoas diversas, fez com que os mercados adquirissem uma importância muito grande que ultrapassava seu papel comercial, atingindo, também, uma função social e comunitária (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018). Para Lopes e Vasconcellos (2010), é o processo de trocas proveniente da interação recíproca entre vendedores, consumidores e demais agentes sociais presentes no mercado, que permite reconhecer estes lugares como espaços de sociabilidade.

As trocas que ali ocorrem se dão por conta de o lugar de mercado consolidar-se como um espaço público de socialização de diferentes civilizações ao longo de muitos anos, um local de construção de vínculos, de conexão entre o ambiente rural e o urbano, de negociação e acordos. O lugar de mercado torna-se, dessa forma, essencial para a construção da cultura e identidade de um determinado povo (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018).

No início do século XIX, surgem os mercados fechados e as galerias a partir da preocupação com as condições sanitárias dos mercados abertos e visando o abastecimento da crescente demanda por alimentos nos núcleos urbanos. Os mercados públicos cobertos abrigavam uma grande quantidade de lojas cujos produtos eram comercializados em barracas abertas ao ambiente interno e protegidas do ambiente externo pela estrutura do mercado (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018).

A partir do fim do século XIX, são construídos diversos mercados com sistema estrutural de ferro no Brasil, sendo o primeiro o Mercado de São José, no Recife, datado de 1875. Dentre as características abrangidas pela estrutura de ferro, destacam-se o uso de módulos, a flexibilidade nos grandes vãos, a espacialidade interna e a monumentalidade da edificação (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018). Aliado ao ferro, torna-se recorrente o uso do vidro nesses empreendimentos, possibilitando a construção de coberturas envidraçadas que trouxeram a iluminação zenital aos mercados públicos (VARGAS, 2001).

Já no século XX, surgem novas formas de comercialização através dos supermercados e shopping centers. Os supermercados e hipermercados possuem um método operacional que consiste em uma planta baixa que busca facilitar a movimentação rápida e simultânea de vários usuários, uma exposição maciça de produtos e a prática do autosserviço (VARGAS, 2001), onde o próprio consumidor seleciona e leva a mercadoria até o caixa para efetuar o pagamento.

Os shopping centers, por sua vez, são descritos por Bauman (2001) como locais que estimulam uma ação (a compra, o consumo) e não uma interação social real. Segundo o autor, apesar de reproduzirem, no seu interior, o ambiente de uma cidade (com seus corredores e praças de alimentação), esses espaços nada têm de coletivo – e embora se localizem em uma cidade, não fazem parte dela pois não remetem ao cotidiano, não possuem relação com o ritmo e teor da vida diária dos centros urbanos. Dessa forma, os shopping centers trazem ao usuário um falso sentimento de pertencimento, de identidade, de fazer parte de uma comunidade (BAUMAN, 2001).

Para Bauman (2001), é nesse sentido que os lugares de mercado se distinguem claramente da frieza dos demais estabelecimentos comerciais citados. A função sociocultural que o mercado traz consigo, o caráter de trocas e encontros, é o que o diferencia e o torna singular para a cidade.

Conforme Servilha e Doula (2009):

No Brasil contemporâneo, em especial em cidades de pequeno porte, mercados municipais e feiras são um espaço de enorme importância para a vida social e cultural de incontáveis comunidades rurais, como um lugar de, entre outras coisas, 1. re-produção de relações e práticas sociais; 2. construção de valores comunitários; 3. formação, ao mesmo tempo encontro, de diferentes grupos sociais; 4. manifestações de artistas populares (como escritores de cordel, sanfoneiros e violeiros); 5. encontro de famílias de diferentes comunidades rurais (que muitas vezes podem se ver apenas nos dias de feira); 6. confraternização entre trabalhadores(as) rurais aposentados(as); 7. trocas de produtos sem atravessadores; 8. vida comercial estruturada no sentimento de ajuda mútua (mais do que no de concorrência) (SERVILHA; DOULA, 2009, p. 141).

Com relação à inserção urbana, pode-se dizer que o mercado, caracterizado como um espaço público, é fundamental para a vitalidade urbana (LOPES; VASCONCELLOS, 2010). De acordo com Jacobs (2011), a presença de pessoas em locais públicos em diferentes horários traz a sensação de segurança – são os famigerados *olhos para a rua* – sendo necessário para isso oferecer uma diversidade urbana por meio de diferentes usos do solo, por exemplo. Assim, contribui-se tanto para a segurança urbana quanto para a vitalidade socioeconômica das cidades (JACOBS, 2011). O mercado público pode colaborar nesse sentido com a concentração de diferentes tipos de atividades e de convergência de pessoas no lugar onde ele está inserido (LOPES; VASCONCELLOS, 2010).

A partir da exposição teórica acerca do espaço de mercado, reforça-se a sua importância comercial, social e cultural para as cidades, e, nesse caso específico, para uma cidade pequena. Através das interações sociais dos usuários dentro desse espaço tem-se o crescimento do comércio e da economia local e o reforço da identidade e das tradições do local onde se insere.

A agricultura familiar na economia dos pequenos municípios

A lei federal número 11.326 (BRASIL, 2006) regulamenta diretrizes para formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo ela, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades

no meio rural, sendo a gestão da propriedade e a mão-de-obra provenientes da sua família. Além disso, esse empreendimento deve seguir um requisito de área máxima limitado pela lei e a atividade agropecuária ser a principal fonte geradora da renda familiar. Também são beneficiários dessa lei: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais que atendam certos requisitos citados.

Dentre os principais objetivos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais estão a descentralização e a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Portanto, é imprescindível o desenvolvimento de ações que compatibilizem áreas, como a assistência técnica e extensão rural; a comercialização; o cooperativismo e associativismo; e a educação, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (BRASIL, 2006).

Em dezembro de 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a *Década da Agricultura Familiar* do ano de 2019 a 2028. Através de um plano de ação que inclui desde ações de nível local até mundial, pretende-se alcançar objetivos que auxiliem no cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (FAO; IFAD, 2019, tradução nossa). Nesse contexto, o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a promover a Década da Agricultura Familiar 2019-2028, mostrando a importância desse setor para a economia gaúcha. O movimento tem como objetivos valorizar a agricultura familiar, alavancar o desenvolvimento sustentável e garantir a segurança alimentar global (SIMONETTI, 2019).

Segundo Carvalheiro (2010), os agricultores familiares participam de um canal de comercialização de produtos que funciona através de cadeias curtas. Conforme Marsden (2003 apud CARVALHEIRO, 2010), esse tipo de cadeia se caracteriza por possuir uma relação direta entre os consumidores e as agroindústrias familiares, ressocializando os alimentos de forma que se tenha conhecimento da origem da sua produção, tornando isso uma qualidade alimentar. Além disso, o autor ressalta que há também a construção de um vínculo entre consumidores e agricultores familiares com as heranças e os valores culturais do local onde os produtos são gerados.

De fato, o processo de produção, de fabricação e os insumos utilizados (além do tipo de relacionamento na compra e venda) são características que diferenciam o produto advindo da agricultura familiar e o tornam ainda mais único e competitivo no mercado (CARVALHEIRO, 2010). Para Mior (2002 apud CARVALHEIRO, 2010), são esses fatos que diferenciam a agroindústria familiar da agroindústria convencional.

Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o Brasil possui 77% dos estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar, ocupando cerca de 80,9 milhões de hectares (cerca de 23% da área total). Envolve 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país, possibilitando a geração de um valor de produção que equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira. Com relação à cidade de São Luiz Gonzaga, a mesma base de dados contabiliza que 74% dos estabelecimentos agropecuários do município são classificados como de agricultura familiar, totalizando aproximadamente 936 unidades.

Um órgão público de grande importância para a agricultura familiar no Rio Grande do Sul é a EMATER/RS-ASCAR, Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. É uma instituição pública de apoio aos agricultores familiares com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável. Possui sua sede na capital Porto Alegre e conta com escritórios regionais

e municipais, marcando presença inclusive na cidade de São Luiz Gonzaga (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

Para auxiliar os consumidores e produtores em tempos de pandemia de coronavírus (Covid-19), a entidade EMATER/RS-ASCAR criou o canal online Feira Virtual da Agricultura Familiar, onde é possível encontrar o contato de produtores de alimentos que trabalham com vendas virtuais nos municípios gaúchos. Além disso, o site traz informações sobre cuidados na venda e consumo de produtos agrícolas nesse período de quarentena. Dessa forma, cria-se uma maneira alternativa de escoamento de produção agrícola nesse novo cenário, prevenindo uma maior disseminação do novo coronavírus (EMATER/RS-ASCAR, 2020).

Como mostrado, a agricultura familiar é uma parte essencial do Brasil contemporâneo. Com relação ao município de São Luiz Gonzaga, a agricultura familiar tem um papel importante representado através das diversas políticas públicas de incentivo a ela, porém ainda possui seu potencial pouco aproveitado. Dentro desse contexto, a proposta de um mercado público que incentive o consumo do produto do agricultor familiar é uma alternativa plausível que propicia espaços para a valorização do produto local, além de impulsionar a economia do município como um todo.

A cultura missioneira e a arquitetura

São Luiz Gonzaga foi fundada em 1687 pelo padre jesuíta Miguel Fernandes na segunda fase de ocupação de territórios à oriente do Rio Uruguai, durante o chamado processo de catequização dos índios guaranis pela congregação religiosa Companhia de Jesus (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2014). Por conta disso, o município é conhecido até os dias atuais como um dos sete povos das Missões, tornando-se um símbolo da cultura missioneira, motivo de orgulho para a população são-luizense.

Conforme Custódio (2017a), as missões funcionavam, de um modo geral, a partir de um sistema cooperativo cuja base econômica era a criação de gado e o cultivo da erva mate. A população do assentamento era formada por uma dupla de religiosos (o padre e o irmão coadjutor), que eram responsáveis pela administração do local; pelo cabildo, designação para o conselho de caciques de distintos grupos nativos, e pelos demais indígenas. As reduções se constituíram como um espaço de integração entre duas tradições, unindo características tanto dos indígenas quanto dos jesuítas e formando uma nova cultura (CUSTÓDIO, 2017a).

Segundo Neto (2012), é evidente que durante o processo de colonização e catequização exista uma perda de identidade cultural. Apesar disso, para o autor, as missões jesuíticas são um dos exemplos que desmentem, em parte, esse ato de causa e efeito. A integração existente entre os indígenas e jesuítas e a coparticipação dos dois povos em uma gestão comunitária dos núcleos urbanos formados são alguns dos argumentos utilizados para fundamentar essa afirmação.

Com relação à ocupação urbana, consolidou-se, ao longo do tempo, uma estrutura que uniu a experiência e as referências bibliográficas dos padres jesuítas com o conhecimento dos indígenas com relação ao ambiente, materiais disponíveis e modos de construir (CUSTÓDIO, 2017a). Essa estrutura urbana se repetiu, com pequenas variantes, em todas as reduções e denomina-se tipologia urbana missioneira (Figura 1).



Segundo Custódio (2017b), a tipologia arquitetônica jesuítica seguia princípios instruídos pela Companhia de Jesus e possuía, entre os referenciais teóricos, o tratado *De Architectura* de Marcus Vitruvio Polione (1490). Segundo este tratado, uma boa arquitetura deve apresentar o equilíbrio entre os três princípios da tríade vitruviana: *firmitas* (solidez), *utilitas* (funcionalidade) e *venustas* (beleza) (GARRAFOLI, 2017).

Com a expansão dos jesuítas ao redor do mundo, em especial na região das Missões, surgiu a necessidade de encontrar uma forma de seguir as diretrizes gerais impostas pela congregação sem desconsiderar a realidade cultural e ambiental existente, para que fosse possível viabilizar o cumprimento de sua função de catequização (CUSTÓDIO, 2017b).

Dessa forma, se consolida, na segunda fase de ocupação de territórios, a arquitetura do sistema social missioneiro: uma cooperação entre a dupla de religiosos, que coordenava as obras tendo como referência os manuais e tratados de arquitetura enviados da Europa, e os nativos indígenas com a execução das obras, contribuindo com seu conhecimento sobre materiais locais e seus sistemas construtivos (CUSTÓDIO, 2017b).

Assim, a tipologia arquitetônica missioneira caracteriza-se por um sistema construtivo aplicado em todas as edificações do assentamento: estruturas autoportantes de madeira, sistema de caibros armados, telhados de duas águas cobertos por telhas cerâmicas e paredes de vedação de adobe, tijolo ou pedra (CUSTÓDIO, 2017b).

Conforme escreve Custódio (2017b), a edificação com função de habitação indígena era coletiva, possuía uma planta longa e retangular, geralmente circundada por alpendres e dividida internamente com biongos de taquara visando abrigar vários núcleos familiares, conforme traz a Figura 2.

O autor também descreve as igrejas missioneiras, com planta retangular e um telhado de duas águas que avançava a fachada frontal, apoiado sobre pilares de pedra ou madeira entalhada, criando um espaço de pórtico coberto onde também eram realizadas atividades religiosas. Suas paredes externas eram rebocadas, pintadas de branco e cobertas de pinturas e altos-relevos em pedra com referenciais locais e religiosos, enquanto as paredes internas possuíam pinturas em telas e diversas esculturas.

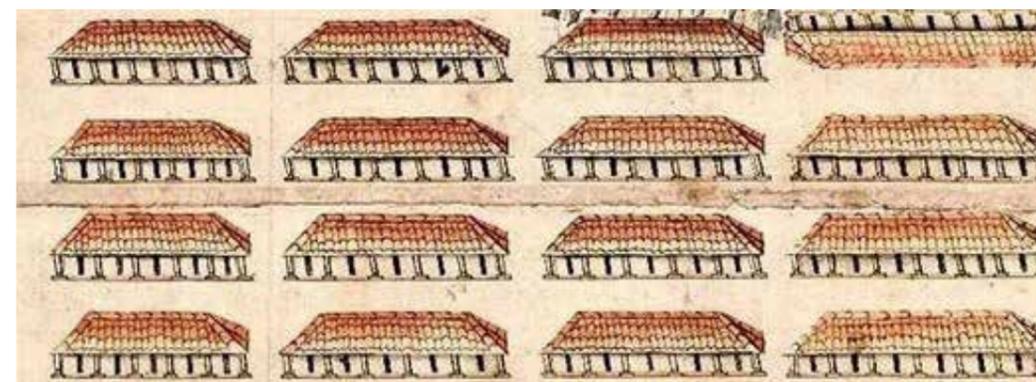


Figura 2 – Plano de San Juan Bautista, detalhe da casa indígena. Fonte: Adaptado de Arquivo Geral de Simancas, Espanha. AGS, Estado 7381, p. 71 apud Custódio (2017b).

A entrada de luz natural nas igrejas era solucionada, em alguns casos, através de aberturas laterais em um tambor de madeira elevado sobre o transepto, sendo também em madeira o seu forro em formato de abóbada.

A materialidade das edificações tinha como critério sua disponibilidade em local próximo aos assentamentos, conforme escreve Custódio (2017b). Sobre as madeiras, utilizadas na arquitetura, escultura e mobiliário, destacam-se o cedro (*Cedrela fissilis*), o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), o ipê (*Tabebuia heptaphylla*), o louro (*Nectandra lanceolata*) e a timbaúva (*Enterolobium contortisiliquum*). Dentre as pedras, ressaltam-se o arenito (botucatu), o itacuru ou pedra cupim (laterita) e o basalto. Também se salienta a argila característica da região, que possui aparência avermelhada e foi utilizada em telhas, ladrilhos e pisos (CUSTÓDIO, 2017b).

A comunidade missioneira perdurou até meados de 1750 quando, devido à assinatura do Tratado de Madri, os exércitos de Espanha e Portugal invadiram o território e expulsaram os jesuítas e indígenas, ato que culminou na chamada Guerra Guaranítica (1753-1756) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2014). A partir da integração das missões à sociedade colonial, acontece a desagregação da sociedade guarani em um contexto de queda brusca da população dessa etnia, da intensificação do comércio e de mestiçagem (NETO, 2012).

A partir da década de 1970 inicia-se um forte movimento de retorno às origens através da arte, da poesia e principalmente da música. Em um contexto de crise mundial, os artistas locais buscaram resgatar suas raízes missioneiras e construir uma identidade cultural que perdura na região até os dias atuais, trazendo à tona elementos como a luta dos guaranis, a história das reduções e a valorização da terra (BURCHARD, 2020).

Dentre as características da musicalidade missioneira, destacam-se a mistura de ritmos regionais (como milonga e chamamé), a *payada* (poesia improvisada), as letras que misturaram os idiomas português, espanhol e guarani e histórias sobre as vivências dos cantores (BURCHARD, 2020).

Por conta desse movimento, São Luiz Gonzaga foi declarada por Lei Estadual número 14.123, em 30 de outubro de 2012, como a Capital Estadual da Música Missioneira (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Além de justificar utilizando o passado cultural do



município, o autor do Projeto de Lei nº 172/2012 cita os quatro cantores Jayme Caetano Braun, Noel Guarany, Pedro Ortaça (todos são-luizenses) e Cenair Maicá, ressaltando seus versos, *payadas* e músicas sobre a cultura missioneira de modo a criar uma nova identidade musical dentro da música gaúcha. Com orgulho, o município exibe o título no pórtico de seu acesso principal, conforme traz a Figura 3.

Os pontos citados reforçam a importância da cultura missioneira no município de São Luiz Gonzaga. Dessa forma, pretende-se abordar alguns pontos relativos à essa questão no projeto do mercado público, utilizando-os como referência na materialidade, por exemplo. Torna-se imprescindível a inserção e incentivo de ambientes de uso cultural no mercado, atuando como um dos pilares deste e buscando criar um forte elo entre o objeto arquitetônico e a população são-luizense.

De redução a município: o centro histórico de São Luiz Gonzaga

A partir de 1801 a região das Missões passa a pertencer de fato aos portugueses e inicia-se, então, uma lenta ocupação migrante e imigrante europeia dos antigos povos missionários (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2016). Em 1880, a Freguesia de San Luis foi elevada à categoria de vila e em 1902 foi denominada como a cidade de São Luiz Gonzaga (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2014).

Considerando a história municipal de forma geral, entende-se que São Luiz Gonzaga possui diversas influências a partir dos períodos de decadência e renascimento que ocorrem durante seu processo de evolução urbana. Primeiramente, tem-se o povo indígena que habitava a região. Após, tem-se a ligação destes com os padres jesuítas, no período em que ocorrem as missões ou reduções jesuíticas. Por fim, tem-se a ocupação imigrante, que ocorre de forma lenta e gradual e que marca o início do município de São Luiz Gonzaga como é conhecido hoje.

De acordo com Vieira (2010), os momentos de repovoamento do município trouxeram

Figura 3 – Acesso principal do município de São Luiz Gonzaga. Fonte: Autora (2020).



a problemática de usurpação do passado. Justificou-se que, durante as ocupações, não houve preocupação com a preservação do patrimônio material existente. As edificações existentes naquele período hoje são consideradas, inclusive, patrimônio mundial⁴. Dessa forma, restaram poucos remanescentes de vestígios culturais do período jesuítico-guarani no município, apagando uma parte da história de São Luiz Gonzaga (VIEIRA, 2010).

A área de intervenção fica localizada no bairro Centro, próximo à Praça Matriz do município. Em escala de quadra urbana, fica localizada no lado leste de uma quadra central cujo uso é majoritariamente institucional e cultural, como biblioteca, escola e museu municipais. A área é caracterizada por um conjunto de seis lotes públicos municipais, como mostra a Figura 4. Com isso, possuem um grande potencial de serem trabalhados em conjunto em escala de quadra urbana.

Na escolha do lote para intervenção arquitetônica priorizou-se permanecer com o mesmo local em que ocorre a Feira do Produtor, que há muito tempo é um espaço público importante aos feirantes e consumidores e está consolidado como um ponto referencial na cidade. Dessa forma, tem-se a ampliação de uma experiência com a qual a população já convive, qualificando-a.

A Feira do Produtor (Figura 5), única feira aberta de alimentos da cidade, é um evento tradicional no município e ocorre semanalmente. Apesar de ser um local bastante frequentado, possui uma infraestrutura precária e um potencial pouco aproveitado, que pode ser exemplificado na falta de acessibilidade, no grande espaço aberto, não sombreado e subutilizado e nos acessos pouco sinalizados.

Para a intervenção em escala micro, propõe-se o remembramento do lote onde ocorre

⁴ As ruínas da redução de São Miguel das Missões, um dos Sete Povos das Missões assim como São Luiz Gonzaga, foram consideradas como Patrimônio Mundial Cultural pela UNESCO em 1983 (UNESCO, 2021).

Figura 4 - Lotes da área de intervenção e seus respectivos usos. Fonte: Elaborado pela autora, com base em informações da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga (2020) e GoogleMaps (2020).



a Feira (lote público 211.04) com o lote público 211.02 (com o uso de equipamento de saúde). Para tanto, como esse equipamento público de saúde não atende emergências e sim apenas encaminhamentos, sugere-se sua realocação para um local próximo do Hospital São Luiz Gonzaga, localizado a uma quadra de distância, conforme traz a Figura 10. O equipamento ficaria alocado em uma edificação alugada que se localiza em frente a uma via de menor fluxo, facilitando o seu acesso aos moradores, o que não ocorre atualmente por conta da localização de frente à uma avenida central. Ainda assim, manteria a proximidade com os demais equipamentos públicos de saúde.

Dessa maneira, aumenta-se a área de intervenção de forma a criar mais acessos a ela. Assim, delimita-se a área de intervenção na escala micro, totalizando uma área de 5.200,25 m², conforme a Figura 6.

Com relação ao contexto social, foi realizada uma pesquisa⁵ quantitativa junto a moradores de São Luiz Gonzaga e dos pequenos municípios adjacentes, por conta da relação econômica e comercial existente entre eles. No questionário foram abordados pontos importantes relativos à proposição como o consumo de produtos coloniais e a importância dos equipamentos públicos culturais para o município. Também buscou-se entender a relação dos usuários com a atual Feira do Produtor, quais os itens que funcionam e os que poderiam ser melhorados. Dentre os resultados adquiridos, destaca-se que todos os respondentes (100%) consideram importante a comercialização de produtos coloniais de origem local sob o ponto de vista econômico e sustentável.

O público-alvo consiste em moradores do município ou visitantes, de qualquer idade ou gênero, que possuem interesse em consumir alimentos provenientes da agricultura familiar, incentivando a economia local. Além disso, o programa da edificação também abrange como público alvo as pessoas que desejam conhecer mais sobre a cultura municipal e regional a partir da visita a um complexo cultural que tem esse item como foco central.

⁵ Pesquisa realizada por meio de questionário *online* durante os dias 22 e 23 de setembro de 2020. A divulgação aconteceu através de redes sociais e foram obtidas 83 respostas.



Figura 6 – Área de intervenção na escala micro. Fonte: Elaborado pela autora, com base em informações da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga (2020) e GoogleMaps (2020).

A proposta de mercado público: conceito, diretrizes projetuais e implantação

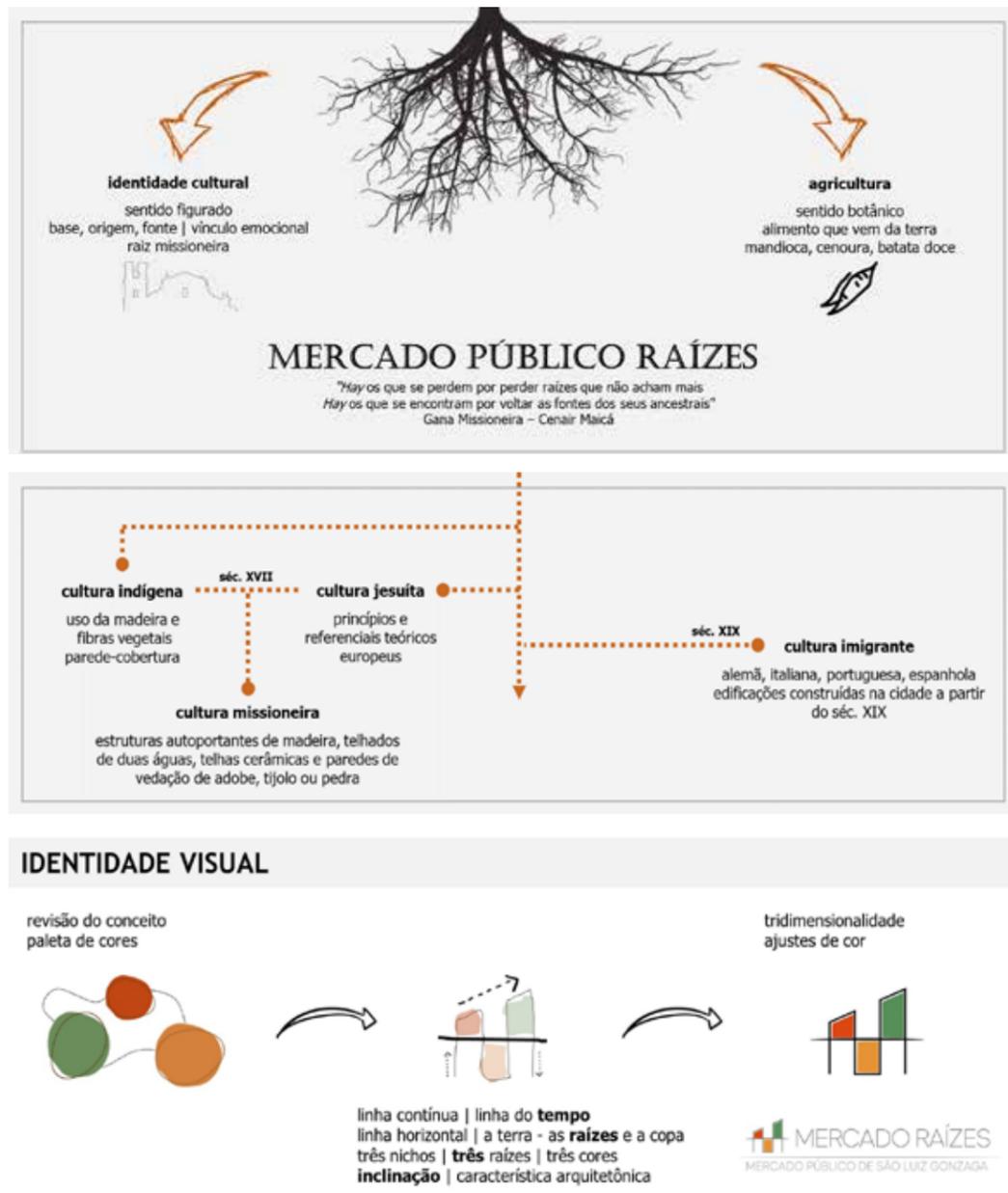
Tomando como inspiração o modo de vida indígena nas missões, tem-se como diretriz principal o resgate e inclusão das premissas de equilíbrio entre o meio construído e sua natureza do entorno, fazendo com que essas duas esferas trabalhem juntas, não se oponham. Dessa forma, a edificação torna-se o elemento integrador entre o construído e a natureza, a cidade e o campo, onde os dois tipos de residentes se encontram e se relacionam socialmente.

Para tanto, adotou-se a palavra *raiz* como palavra-chave, buscando a mescla dos seus dois sentidos (Figura 7) na intervenção proposta. Assim, com o objetivo de resgatar as raízes missionárias, cultivá-las, fazê-las brotarem e se espalharem, assim como fizeram os indígenas que habitaram essa mesma terra vermelha, surge o nome adotado para a intervenção: Mercado Público Raízes.

A partir do conceito geral têm-se suas ramificações, conforme traz a Figura 8. Após a decadência das reduções jesuítas (onde tem-se as culturas indígena, jesuíta e a resultante da mescla das duas citadas, a cultura missionária), São Luiz Gonzaga recebeu migrantes e imigrantes europeus. Foram as famílias recém chegadas que desenvolveram o município sob as ruínas, que até então estavam abandonadas, e possibilitaram o crescimento econômico e a autonomia política municipal (VIEIRA, 2010).

Assim, além da intenção conceitual de resgatar as raízes indígenas através do seu modo de viver em equilíbrio, assim como o resgate da cultura missionária pelo viés identitário, serão levados em consideração os aspectos das demais culturas influentes no município durante a evolução da proposta projetual, buscando ampliar o conceito nesse sentido.

De forma geral, as diretrizes projetuais foram: considerar o espaço não só como um local de vendas, mas sim de interações sociais e culturais; propor um equipamento público com que os usuários se identifiquem culturalmente, que haja conexão e pertencimento; destacar a agricultura familiar e o produtor local, buscando incentivar a economia local do município; projetar um local acessível e que respeite os fluxos dinâmicos do mercado público; oferecer diversas opções, porém ter o produto local como o elemento



diferenciador; valorizar o uso predominante na quadra urbana com a criação de um complexo cultural; trabalhar com um paisagismo nativo, comestível e integrado com a edificação proposta; integrar o local de intervenção com as áreas verdes do entorno; resgatar a cultura missioneira através do viés cultural e gastronômico, trazendo a identidade local; respeitar as alturas do entorno e utilizar o desnível natural do terreno a favor da proposta; incentivar e facilitar o uso de modais de transporte alternativos; propor uma edificação multiuso e aberta em diversos horários; propor ambientes culturais e de educação que desenvolvam a integração social; valorizar a relação entre espaço aberto e fechado, buscando o equilíbrio e conexão; adotar sistemas de infraestrutura sustentáveis como utilização de águas pluviais e de coletores solares e módulos fotovoltaicos; buscar trabalhar com materiais e técnicas locais, valorizando-as; e propor uma edificação que ofereça infraestrutura e conforto aos ocupantes em equilíbrio com a natureza do entorno através de estratégias bioclimáticas e aplicação de conceitos de design biofílico.

A identidade visual (Figura 9) pensada para o projeto buscou materializar o conceito em um logotipo para a edificação do mercado. Primeiramente, foi realizada uma revisão



do conceito e a escolha da paleta de cores da identidade visual. Em um segundo momento, essa paleta foi inserida em um desenho desenvolvido considerando como referências alguns pontos fortes do conceito como a linha do tempo e as três principais povoações do município. Por fim, adicionou-se efeitos de tridimensionalidade, ajustes de cor e o nome escolhido para a edificação: Mercado Raízes.

Os estudos iniciais foram realizados a partir de três escalas: macro, meso e micro. A escala macro tratou da relação entre as quadras urbanas do bairro Centro com o restante do município. A realocação de um equipamento público de saúde existente na área de intervenção, visando adicionar um acesso à edificação pela Avenida Senador Pinheiro Machado foi uma das diretrizes adotadas para essa escala, conforme já citado e demonstrado graficamente no mapa da Figura 10.

Por possuírem distanciamentos menores, as cidades pequenas têm o caminhar como um dos principais meios de locomoção (CUTI; NAOUMOVA, 2019). Considerando essa premissa e tendo como diretriz o incentivo aos modais de transporte alternativos, foi proposta a revisão do desenho das calçadas existentes na área de intervenção.

Somado a isso, analisou-se uma proposta de ciclovia feita pela Prefeitura Municipal. Sendo a área de intervenção do Mercado Público um ponto central dentro do trajeto das ciclovias, propõe-se a sinalização da edificação como um ponto de parada para ciclistas. Ao oferecer espaços de hidratação, alimentação e de estar, tem-se vantagens e incentivo para a utilização de modais de transporte alternativos. Além disso, propõe-se bicicletários nos dois acessos à edificação com espaços exclusivos para bicicletas de compartilhamento público, conforme pode ser visto na primeira imagem da Figura 15.

A escala meso considerou a seção leste da quadra urbana onde estão localizados o terreno de intervenção e as edificações adjacentes. O estudo de zoneamento foi pensado a partir das três principais povoações do município de São Luiz Gonzaga, suas raízes, conforme linha do tempo na Figura 11. Dessa forma, a edificação proposta representa a raiz missioneira, as edificações adjacentes remetem à raiz imigrante e o paisagismo que envolve essas edificações representa a raiz indígena (Figura 11). A união das três raízes acontece na praça de alimentação do Mercado Público, tornando-



se a centralidade do projeto e unindo, através da gastronomia, a cultura indígena, a missioneira e a imigrante. Essa integração ocorre por meio da comercialização de alimentos diversos que possuem essa abrangência, como a mandioca e a cuca alemã.

Construídas em meados de 1910, as edificações existentes na área de intervenção representam, no zoneamento geral, as raízes imigrantes. A partir do estudo da materialidade dessas construções, foi possível a visualização de uma paleta de cores que auxiliará no projeto de uma edificação que se integre ao ambiente construído e respeite o entorno existente. Assim, foram propostas diretrizes gerais visando uma maior valorização do patrimônio municipal existente, conforme pode ser visto na Figura 12.

A escala micro consistiu na edificação do Mercado Público, assim como sua relação com os ambientes externos que a envolvem. Esse conjunto remete às raízes missionárias. A partir da volumetria inicial, tem-se quatro zonas: cultural e ensino, gastronômica, administrativa e de apoio (Figura 13).

A planta baixa (Figura 14) possui como característica principal a interligação de todas as zonas através de uma circulação central. Por conta do desnível do terreno, a planta baixa possui três níveis. O nível mais baixo (Térreo 02) possui acesso pelo estacionamento e abriga o setor de apoio, sendo possível o ingresso ao restante da edificação através de uma passagem controlada. O nível intermediário (Térreo 01) possui acesso direto pela varanda, no centro da edificação, até a praça de alimentação. A partir dela, têm-

se dois núcleos de bancas em lados opostos. Na porção direita, tem-se as bancas úmidas e semiúmidas e a área administrativa. Já na porção esquerda ficam alocadas as bancas secas e semiúmidas, assim como a área cultural e ensino voltada tanto à população em geral quanto aos mercadores. Essa porção também pode ser acessada diretamente pelo terceiro e último nível (Térreo 01), voltado à Avenida.

A materialidade da edificação (Figura 15) foi proposta a partir do estudo teórico realizado e da materialidade existente no município e na região: a madeira, a tinta mineral ecológica a base de terra crua, a pedra arenito e o vidro. Assim, tem-se a integração da edificação no meio urbano, a criação de um ambiente confortável que impulsiona a utilização e o sentimento de pertencimento dos usuários, além da valorização da economia de pequenos municípios a partir da compra de materiais da região. Além disso, buscou-se trazer o ritmo, as proporções e os eixos que podem ser observados na tipologia arquitetônica missionária.

Por fim, o projeto de paisagismo (Figura 16), inspirado pelas raízes indígenas, remete a um dos principais elementos culturais dessa etnia: a arte representada pelos grafismos. Associados a cosmologia e inspirados pela natureza, a arte indígena é vista como uma forma de afirmação cultural e uma maneira de manter viva as tradições e de preservar as raízes (SILVA, 2015).

Dessa forma, busca-se trazer os grafismos realizados no trançado das cestarias indígenas dentro do traçado, paginação e cores de piso dos caminhos externos do



Mercado Público. Como materialidade, utilizou-se o piso intertravado tipo tijolinho nas cores natural e grafite com paginação modelo escama de peixe. O padrão de grafismo utilizado como referência foi o padrão cobra coral (*mboi pytã*), um grafismo utilizado nos balaios de alimentos e que simboliza proteção aos alimentos que estão dentro dela. Nesse simbolismo, a edificação do mercado é representada por estes alimentos, que são protegidos pelo paisagismo que a rodeia.

Considerações finais

A partir do embasamento teórico foi possível obter a percepção da temática proposta através de diversos contextos. A revisão bibliográfica e os estudos de precedente trouxeram os aspectos técnicos e sociais a serem observados na proposta. Ao serem analisados em conjunto com o contexto da área de intervenção e do diagnóstico, foi possível extrair as diretrizes projetuais para a realização dos estudos preliminares que, por fim, evoluem até a etapa de anteprojeto arquitetônico.

O processo de desenvolvimento projetual demonstrou, desde o princípio, o intuito de potencializar um espaço público já existente. Para tanto, buscou-se inspiração nas referências históricas locais como uma forma de interligação com a comunidade, de modo a despertar o sentimento de pertencimento dos habitantes do município. Foi uma forma de valorizar a cultura da cidade pequena, tomando como inspiração a singularidade de sua história, resgatando-a e potencializando-a.

Como resultado, tem-se a proposição de um espaço público que leva em consideração o contexto urbano em que se insere e que busca integrá-lo, aproveitando suas potencialidades. Uma edificação que traz o conceito de resgate das raízes culturais formadoras da sociedade são-luizense, de modo a fortalecer sua história. E, por fim, um paisagismo baseado nas relações do ser humano com a natureza, almejando conexão e equilíbrio.

Acredita-se que a proposta alcançou seus objetivos ao concluir com um projeto que respeita o seu contexto local, social e cultural. Assim, ao apresentar o presente artigo, espera-se incentivar outros estudos acerca da dinâmica e das experiências das pequenas cidades de forma a manter a identidade dos espaços menores ao mesmo tempo em que fomenta seu desenvolvimento, competências e singularidades.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BURCHARD, Larissa. *Pedro Ortaça mantém viva a música missioneira*. Jornal do Comércio, Porto Alegre, 13 ago. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/reportagem_cultural/2020/08/751378-pedro-ortaca-mantem-viva-a-musica-missioneira.html. Acesso em: 4 out. 2020.
- CARVALHEIRO, Elizângela Mara. *A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar*. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani - parte 1. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 200.05, Vitruvius, jan. 2017a. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.200/6398>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani - parte 2. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 201.00, Vitruvius, fev. 2017b. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.201/6430>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- CUTI, Auriele Fogaça; NAOUMOVA, Natalia. A PAISAGEM DA CIDADE PEQUENA: variabilidade visual experienciada pelo caminhar. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, Pelotas, v. 3, n. 11, p. 201-217, primavera de 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/17647>. Acesso em:

16 fev. 2021.

DANIELLI, Leonardo; MACKMILLAN, Vanderli Machado. Mercado Público: tipologias e sociabilidades do ambiente urbano. In: I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, 2018, Londrina. *Anais*. Londrina, 2018. p. 1105-1116.

EMATER/RS-ASCAR. *Sobre a EMATER*. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/a-emater/apresentacao.php>. Acesso em: 16 jun. 2020

EMATER/RS-ASCAR. *Feira Virtual da Agricultura Familiar*. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/fevaf/apresentacao>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FAO; IFAD. *United Nations Decade of Family Farming 2019-2028. Global Action Plan*. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO, Rome, 2019.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. 2006. 172 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GARRAFOLI, Fábio Takayama. *Vitruvius in opere: um estudo sobre conceitos e processos construtivos no tratado De Arquitetura (séc. I a.C.)*. 2017. 136 p. Monografia (Especialização em Tecnologia e Gestão na Produção de Edifícios) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOOGLEMAPS. *São Luiz Gonzaga - RS*, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 27 set. 2020

HORDEJUK, Cristiano de Souza. *A presença do IPHAN nas Missões: concepções e projetos de patrimônio*. 2019. 177 p. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agro 2017*, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 15 jun. 2020

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades, Rio Grande do Sul, São Luiz Gonzaga*, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-luiz-gonzaga>. Acesso em: 12 set. 2020

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LOPES, Ricardo Ferreira; VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. Considerações sobre os mercados públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. In: III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem, 2010, São Paulo. *Anais*. São Paulo, 2010.

NETO, Miranda. *A Utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico*. Brasília: FUNAG, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA. *História do município de São Luiz Gonzaga*, 2014. Disponível em: <https://www.saoluizgonzaga.rs.gov.br/site/conteudos/707-historia>. Acesso em: 12 set. 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA. *Planejamento Estratégico Municipal*. Programa de Desenvolvimento Municipal. São Luiz Gonzaga, RS, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.123, de 30 de outubro de 2012. Declara o Município de São Luiz Gonzaga Capital Estadual da Música Missioneira. *Diário Oficial Eletrônico*, Porto Alegre, RS, 31 out. 2012.

SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. In: *Revista Faz Ciência*, v. 11, n. 13, 2009. p. 123-142.

SILVA, Alexandrina da. *O GRAFISMO E SIGNIFICADOS DO ARTESANATO DA COMUNIDADE GUARANI DA LINHA GENGIBRE (desenhos na cestaria)*. 2015, 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

SIMONETTI, Carlos. *RS lança oficialmente a Década da Agricultura Familiar*. Rádio Fandango, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.radiofandango.com.br/ultimas/2019/11/12/23162/rs-lanca-oficialmente-a-decada-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

UNESCO. *Patrimônio Mundial no Brasil*, Brasília, 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 05 fev. 2021.

VARGAS, Heliana Comin. *Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: SENAC, 2001.

VIEIRA, Sonia Bressan. *SOBRE AS RUÍNAS DO TEMPLO.... (PORQUE TEMPLO JÁ NÃO É) HISTÓRIA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA (1880-1932)*. 2010, 535 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.